

DIÁRIO DE CLASSE



Informativo do Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba

217 | junho 2015 | Gestão "Novos Rumos" |

MAGISTÉRIO MOBILIZADO barra ataques da gestão Fruet

Pressão da categoria vem conseguindo impedir retrocessos e descumprimento de acordos pág. 6 e 7



REALIDADE DA ESCOLA

CEI do Expedicionário sofre com o fechamento de turmas e falta de inspetores pág. 3

CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Participação do magistério influenciou metas do PME pág. 5

CHÃO DA ESCOLA

Revista recebe artigos até o dia 23 de julho pág. 8



EDITORIAL

Construção da greve geral para manter direitos

Chegando ao fim do primeiro semestre de 2015, cabe-nos fazer um balanço e alguns questionamentos sobre como a educação tem sido tratada pela atual gestão Fruet.

Em campanha, o prefeito prometeu 30% do orçamento para a educação, porém, após ter assumido, parece ter esquecido as próprias promessas. Pois já estamos no terceiro ano de gestão e não há sinal de que o compromisso será cumprido. Agora, declara que esse investimento será feito em 2016, último ano de mandato.

Entretanto, esse não parece ser o caminho trilhado pela administração. O que vemos no dia-a-dia são salas superlotadas, falta de inspetores e fechamento de turmas, sinais de que a educação está longe de ser uma prioridade para a Prefeitura.

Em abril, o prefeito Gustavo Fruet mostrou mais uma vez seu desrespeito ao magistério, quando vetou a retirada da anotação das faltas dos trabalhadores que aderiram à greve dos dias 11 e 12 de agosto. Agora, esperamos que as importantes metas para o magistério aprovadas na Conferência Municipal de Educação sejam respeitadas e não vetadas pelo prefeito no Plano Municipal de Educação.

Além desses problemas, a administração municipal tenta impor um projeto de lei que regulamenta a jornada de trabalho e que abre margem para a criação de um banco de horas. Essa proposta, que ainda fere direitos trabalhistas, vem para substituir o PL que foi retirado da Câmara por pressão dos servidores no começo do ano.

Enquanto isso, o governo federal e os empresários também articulam ataques que afetam toda a classe trabalhadora. O projeto de Lei 4330/04 é o principal deles, que libera a terceirização e reduz salários e direitos.

Diante dessas medidas e entendendo que a nossa luta continua além do chão de escola, devemos nos unir contra patrões e governos para derrotar esses ataques à classe trabalhadora. Só conseguiremos impedir que a terceirização avance com a união de todos os trabalhadores em uma grande GREVE GERAL, mostrando que não vamos admitir que nossos direitos sejam retirados!

O magistério já deu o primeiro passo na mobilização em conjunto com a classe trabalhadora. No dia 29 de maio, as professoras e professores participaram do Dia Nacional de Paralisação e Mobilizações Rumo à Greve Geral.

Esses ataques da gestão Fruet e do governo Dilma nos mostram que agora é HORA de lutar para que nossos direitos, conquistados em greves e lutas históricas, sejam mantidos. Só a organização e a união dos trabalhadores farão com que nossa luta não seja em vão, e assim possamos continuar avançando em novas conquistas.

Rumo à greve geral! NENHUM DIREITO A MENOS!



● Escola Municipal Papa João XXIII mobilizada contra a retirada de direitos no dia 29 de maio

PRESTACÃO DE CONTAS

Março | 2015

SALDO DO MÊS DE FEVEREIRO DE 2015			
Saldo Bancário	65.255,16	Conselho de representantes	4.785,47
Caixa Interno	952,10	Campanha de lutas e mobilizações	61.452,83
Saldo Poupança	243.161,52	Cursos externos	1.981,52
Fundo de Greve	371.914,82	Trabalhadores	
Aplicação para compra da sede	361.500,00	Salários e auxílio transporte	27.656,87
TOTAL	1.042.783,60	Assistência médica	6.046,68
		Plano odontológico	360,41
		Seguro de vida	183,92
		Cesta/Páscoa-Natal	280,54
		Jurídico	
		Gastos processuais	1.267,13
		Sede	
		Material de consumo	1.148,82
		Material de escritório	493,03
		Manutenção e reparos	232,00
		Aluguel/PTU	8.257,08
		Seguro incêndio	517,37
		Comunicação	
		Publicação de editais	280,00
		Telefone	
		GVT	423,91
		TIM	1.591,07
		Internet COPEL	369,90
		Transporte	
		Transporte atividades sindicais	468,10
		Veículos	
		Combustível	730,00
		Desgaste/combustível	813,30
		Estacionamento	407,00
		Estar	46,50
		Manutenção	650,00
		Seguro Gol	1.074,40
		Tarifas Bancárias	117,85
		Apoio a outros movimentos*	
		Sindicato dos Sapateiros de Franca	4.000,00
		Coletivo Outros Outubros Virão	1.000,00
		Sintraserv	1.000,00
		Greve Professores Estaduais do Paraná	2.000,00
		Oposição Resistência e Luta	2.000,00
		TOTAL DESPESAS	183.846,29
		SALDO ATUAL:	
		CAIXA INTERNO	2.096,31
		SALDO BANCÁRIO	28.158,46
		SALDO POUPANÇA	244.419,35
		FUNDO DE GREVE	394.057,92
		APLICAÇÃO PARA COMPRA DA SEDE	376.000,00
		SALDO TOTAL:	1.044.732,04

* O apoio a outros movimentos faz parte da política aprovada no último Congresso do SISMMAC. A contribuição mensal de 6,2%, que antes era destinada à CUT, passou a ser utilizada como apoio financeiro para movimentos que atuam de acordo com os princípios da organização por local de trabalho, formação política, autonomia em relação a partidos políticos e independência frente a patrões e governos.

Tabela de Vencimentos do Magistério de Curitiba - Abri/2015 (reajuste de 7,68%)

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	
Parte Especial	100	1.146,68	1.178,79	1.211,80	1.245,73	1.280,61	1.316,47	1.353,33	1.391,22	1.430,17
	101	1.470,22	1.511,38	1.553,70	1.597,21	1.641,93	1.687,90	1.735,16	1.783,75	1.833,69
	102	1.885,04	1.937,82	1.992,08	2.047,86	2.105,20	2.164,14	2.224,74	2.287,03	2.351,07
Parte Permanente - Graduação	103	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	104	0,00	1.738,08	1.786,75	1.836,78	1.888,21	1.941,08	1.995,43	2.051,30	2.108,74
	105	2.167,78	2.228,48	2.290,88	2.355,02	2.420,96	2.488,75	2.558,44	2.630,07	2.703,71
	106	2.779,42	2.857,24	2.937,24	3.019,49	3.104,03	3.190,95	3.280,29	3.372,14	3.466,56
	107-PI	3.563,62	3.663,41	3.765,98	3.871,43	3.979,83	4.091,26	4.205,82	4.323,58	4.444,64
	108-PI	4.569,09	4.697,03	4.828,54	4.963,74	5.102,73	5.245,60	5.392,48	5.543,47	5.698,69
Parte Permanente - Especialização	107	1.516,48	1.558,94	1.602,59	1.647,46	1.693,59	1.741,01	1.789,76	1.839,87	1.891,39
	108	1.944,35	1.998,79	2.054,76	2.112,29	2.171,44	2.232,24	2.294,74	2.358,99	2.425,04
	109	2.492,94	2.562,75	2.634,50	2.708,27	2.784,10	2.862,06	2.942,19	3.024,57	3.109,26
	110	3.196,32	3.285,82	3.377,82	3.472,40	3.569,63	3.669,58	3.772,33	3.877,95	3.986,53
	111-PII	4.098,16	4.212,90	4.330,87	4.452,13	4.576,79	4.704,94	4.836,68	4.972,11	5.111,32
	112-PII	5.254,44	5.401,57	5.552,81	5.708,29	5.868,12	6.032,43	6.201,34	6.374,97	6.553,47
Parte Permanente - Mestrado	111	1.743,95	1.792,78	1.842,98	1.894,59	1.947,63	2.002,17	2.058,23	2.115,86	2.175,10
	112	2.236,01	2.298,61	2.362,97	2.429,14	2.497,15	2.567,07	2.638,95	2.712,84	2.788,80
	113	2.866,89	2.947,16	3.029,68	3.114,51	3.201,72	3.291,37	3.383,53	3.478,26	3.575,66
	114	3.675,77	3.778,70	3.884,50	3.993,27	4.105,08	4.220,02	4.338,18	4.459,65	4.584,52
	115-PIII	4.712,89	4.844,85	4.980,50	5.119,96	5.263,31	5.410,69	5.562,19	5.717,93	5.878,03
116-PIII	6.042,62	6.211,81	6.385,74	6.564,54	6.748,35	6.937,30	7.131,54	7.331,23	7.536,50	
Parte Permanente - Doutorado	500	2.005,55	2.061,71	2.119,43	2.178,78	2.239,78	2.302,50	2.366,97	2.433,24	2.501,37
	501	2.571,41	2.643,41	2.717,43	2.793,52	2.871,73	2.952,14	3.034,80	3.119,78	3.207,13
	502	3.296,93	3.389,24	3.484,14	3.581,70	3.681,99	3.785,08	3.891,06	4.000,01	4.112,01
	503	4.227,15	4.345,51	4.467,19	4.592,27	4.720,85	4.853,03	4.988,92	5.128,61	5.272,21
	504	5.419,83	5.571,59	5.727,59	5.887,96	6.052,83	6.222,31	6.396,53	6.575,63	6.759,75
	505	6.949,02	7.143,60	7.343,62	7.549,24	7.760,62	7.977,91	8.201,30	8.430,93	8.667,00

EXPEDIENTE

SINDICATO DOS SERVIDORES DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL DE CURITIBA Rua Nunes Machado, 1577, Rebouças - Curitiba/PR, CEP. 80.220-070 Fone/Fax: (41) 3225-6729 | Gestão "Novos Rumos" (2014-2017) www.sismmac.org.br | Direção liberada: Adriano Vieira, Andressa Fochesatto, Gabriel Conte, Raquel Soares, Siomara Kulicheski, Viviane Bastos Pampu, Wagner Argenton, Wagner Batista.

Direção que permanece nas escolas: Carine Costa, Danielle Kristine Menezes Faria, Dulce Chaves, Francielli Costa, Gabriela Dallago, Geny Maria Dallago, João Antonio Rufato, Julia Bueno, Luana Crestani, Luiz Jose Vernizi, Karla Ferri, Marco Antonio Barbosa Mafra, Mariana Navarro, Pedro de Alcântara, Rafael Alencar Furtado, Rosana Almeida, Rosane Lisian Vasconcellos, Samara da Rosa Costa, Suyan Ayala, Vanessa Schivinski Mamoré.

Equipe de Comunicação: Thaíse Mendonça (DRT 8696/PR); Dalane Santos (DRT 10051/PR) e Giovanna Jambersi
Projeto gráfico, ilustração e diagramação: Ctrl S Comunicação | Simon Taylor (www.ctrlscomunicacao.com.br)

REALIDADE DA ESCOLA

Fechamento de turmas e falta de inspetores na era da equidade

Centro de Educação Integral do Expedicionário sofre com aumento de alunos por turma e problemas de infraestrutura

A Prefeitura vem nos últimos meses promovendo o fechamento e a junção de turmas em diversas escolas, inclusive naquelas atendidas pelo Projeto Equidade. O Centro de Educação Integral do Expedicionário, que atende uma comunidade da Ferrovila, na regional do Portão, é uma das escolas que tem sofrido com esse problema.

A unidade faz parte do Projeto Equidade, projeto que existe a partir da necessidade de se pensar ações educacionais específicas levando em consideração o contexto sociocultural e econômico da região que a escola está. O Equidade se propõe a ofertar ações diferenciadas para contribuir com o aprendizado das crianças, como o atendimento mais individualizado e aulas de reforço.

Porém, o fechamento de turmas e a consequente lotação das outras salas de aula mostram que a Prefeitura não está preocupada de fato com a educação das nossas crianças. A própria Secretaria de Educação já admitiu que turmas com menos estudantes têm melhor aproveitamento, mas se esquece de aplicar na prática esse discurso. A administração municipal prefere fazer a junção das turmas ao invés de permitir maior qualidade no trabalho docente com redução do número de crianças por sala.



● Pátio externo do Centro de Educação Integral do Expedicionário sofre alagamentos periódicos

FALTA DE INSPETORES E PROBLEMAS NA INFRAESTRUTURA AFETAM O DIA-A-DIA DA ESCOLA

O CEI do Expedicionário também reivindica melhorias no pátio externo da escola e mais inspetores. A área externa da unidade sofre alagamentos periódicos, prejudicando o uso do espaço pelas crianças, que acabam se sujando de barro ou se molhando.

Já a falta de inspetores é sentida desde o início do ano na escola. Hoje, a unidade, que oferta educação integral, conta com apenas **uma inspetora**. A trabalhadora recebe ajuda das professoras durante o horário de recreio, almoço e saída das crianças, mas isso acaba sobrecarregando

toda a equipe. Até o momento a Prefeitura não tem previsão de abertura de concurso para resolver a falta de inspetores.

QUE EQUIDADE É ESSA?

Com todos esses problemas é difícil acreditar num projeto chamado equidade, que se propõe a superar as desigualdades educacionais. Afinal, como se espera melhorar o ensino e superar os problemas socioculturais do entorno da unidade quando não se garante nem as condições mínimas para manter a escola funcionando?

Ampliar e melhorar as condições de aprendizado dos estudantes mais frágeis socialmente passa obrigatoriamente por garantir o quadro completo de profissionais na escola, reduzir o número de

estudantes em sala de aula, ampliar os recursos da verba da descentralização, garantir infraestrutura adequada das instalações escolares e investir no mínimo 30% para a educação pública ainda este ano.

Em 2014, o prefeito gastou em publicidade institucional sobre a educação um valor sete vezes maior do que o investido na capacitação do quadro de profissionais. Com esse dinheiro, duas quadras cobertas poderiam ter sido construídas. Ou seja, a Prefeitura tenta ocultar os problemas da realidade das unidades escolares com investimentos absurdos em propaganda, ao invés de investir nas reais necessidades dos estudantes da rede municipal de ensino.

Por que o fechamento de turmas é tão prejudicial?

▶ Quando uma turma é fechada, as crianças são realocadas para outra sala de aula, perdendo o vínculo com a professora que até então fazia a regência da turma, além de terem que se readaptar a realidade da nova turma. Essas mudanças, no meio do ano letivo, têm efeitos negativos no processo de aprendizagem.

Além disso, a carga de trabalho das professoras e professores é intensificada para equilibrar o conteúdo ministrado para mais estudantes. O fechamento das turmas também causa insegurança e desmotivação nos profissionais do magistério, pois temem perder a vaga na escola a qualquer momento.



● Coletivo de Aposentados do SISMMAC de abril tira dúvidas sobre novo Plano de Carreira e aposentadoria

Entenda melhor as regras da previdência e a Emenda Constitucional 47

SISMMAC ajuizou mandato de segurança para que IPMC cumpra Emenda 47

As regras previdenciárias dos servidores públicos no Brasil hoje são reguladas pela Constituição Federal e vêm sofrendo significativas pioras nos últimos anos. Em 1998, o governo FHC alterou estas regras para vincular tempo e idade, fazendo com que o servidor que já tinha tempo para se aposentar tivesse que trabalhar mais para alcançar a idade.

Em 2003, com a Reforma da Previdência, o governo Lula precarizou ainda mais o direito de aposentadoria dos servidores públicos: fixou teto e taxou parte dos proventos, acabou com a paridade e isonomia entre servidores da ativa e aposentados e restringiu a aposentadoria integral.

A **paridade e a isonomia** indicam o direito do servidor aposentado em receber os mesmos reajustes anuais que os servidores da ativa, e também os mesmos benefícios decorrentes de novos planos de carreira que os servidores da ativa venham a conquistar, como o novo Plano de Carreira do magistério que está sendo implantado.

A **integralidade** significa o cálculo dos proventos da aposentadoria com base na última remuneração, momento em que, na maioria dos casos, o servidor possui a maior remuneração na carreira.

Com a Reforma da Previdência, o trabalhador que ingressa no serviço público a partir de 31 de dezembro de 2003, não tem mais os seus proventos calculados pela última remuneração. O cálculo agora é feito por uma média de 80% das maiores contribuições, o que tende a diminuir o valor dos seus proventos.

Visando suavizar os efeitos destas alterações para quem já estava no serviço público antes que elas ocorressem, em 2005, foi aprovada a Emenda Constitucional 47. Essa Emenda possibilitou aos servidores

que já tinham tempo de contribuição mas não a idade, a diminuição de um ano no requisito da idade a cada ano a mais de contribuição.

MAGISTÉRIO NÃO SE BENEFICIA COM A EMENDA 47

Entretanto, o IPMC não vem aplicando a Emenda 47 ao magistério por entender que a aposentadoria especial dos profissionais do magistério é incompatível com a regra da Emenda 47.

A aposentadoria especial permite aos profissionais do magistério a redução de cinco anos na idade e no tempo de contribuição. Assim, as professoras podem se aposentar com 25 anos de contribuição e 50 anos de idade e os professores com 30 anos de contribuição e 55 anos de idade.

A Emenda 47 também restabeleceu a paridade, a isonomia e a

integralidade aos que se aposentam por essa regra.

Para obrigar o IPMC a garantir a aplicação da Emenda 47 ao magistério, o SISMMAC ajuizou um mandado de segurança em 2010. Esta ação ainda não chegou ao fim, mas nela foi concedida medida liminar, confirmada por sentença, que garante a aplicação desta regra ao magistério. Assim, se você pretende se aposentar e se enquadra na regra da Emenda 47 atualmente, pode se beneficiar desta decisão!

O município e o IPMC recorreram na ação e haverá nova decisão pelo Tribunal de Justiça. Porém, não podemos esquecer que a via judicial é apenas umas das armas do magistério para a conquista e manutenção de direitos, e que sem mobilização nenhuma conquista é efetiva.

Histórico

▶ A previdência social é hoje um direito que se originou de "caixas de socorro mútuo" formado pelos operários no início da revolução industrial. Neste período quando um trabalhador adoecia ou falecia, sua família ficava desamparada. As jornadas eram extenuantes, e as condições de trabalho muito precárias, o que ocasionava muitos acidentes e adoecimentos. Assim, os próprios trabalhadores passaram a organizar estas caixas com a contribuição de parte dos salários de cada um.

Ao mesmo tempo em que os trabalhadores faziam greves por melhores salários e condições de trabalho, reivindicavam também que o Estado lhes garantisse direitos sociais como educação, saúde e assistência social. A seguridade social é, portanto, um direito conquistado pela classe trabalhadora.

CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Giovanna Jambersi



● Conferência aprovou o texto base do Plano Municipal de Educação, que aguarda aprovação na Câmara Municipal

Magistério influencia metas para o Plano Municipal de Educação

Projeto que estabelece metas para os próximos 10 anos foi protocolado na Câmara e deve ser aprovado até 24 de junho

A defesa da educação pública marcou presença na Conferência Municipal de Educação, realizada nos dias 17 e 18 de maio. A participação ativa e consciente das professoras e professores da rede municipal, com uma delegação composta por 35 representantes, foi fundamental para a aprovação de propostas que trazem avanços para a educação pública da cidade.

O magistério fez a diferença e conseguiu mobilizar a maioria dos delegados e aprovar metas que valorizam os profissionais da educação e permitem avançar na qualidade do ensino ofertado aos alunos. Apesar de termos conquistado avanços, nenhuma

das medidas aprovadas garante que o dinheiro público seja investido somente na educação pública, permitindo o financiamento de instituições e projetos privados.

O conjunto de metas e propostas aprovadas na Conferência compôs o projeto de lei do Plano Municipal da Educação (PME), que foi protocolado para votação na Câmara dos Vereadores no dia 29 de maio. Esse documento tem como objetivo definir metas claras que permitam planejar o desenvolvimento da educação, pública e privada, no prazo de 10 anos.

O Plano deve ser aprovado até o dia 24 de junho.

Mobilização para garantir que as conquistas saiam do papel!

Ganhamos uma batalha, mas a luta continua! Depois da nossa importante participação no processo de discussão e elaboração do PME, será necessária muita mobilização do magistério e da comunidade para fazer com que as decisões saiam efetivamente do papel.

Nas matérias divulgadas no site da Prefeitura, a administração municipal já começou a colocar dificuldades financeiras para o cumprimento das metas. Em uma das entrevistas, a diretora responsável pelo Departamento de Educação Infantil afirma que a meta de universalizar o atendimento para crianças de 0 a 5 anos é "ousada", alegando que é preciso levar em consideração "a limitação de recursos e a necessidade de manter a qualidade pedagógica do atendimento".

Esse discurso é lamentável e demonstra que, se depender só da administração municipal, muitas metas ficarão apenas no papel.

Não podemos permitir que a Prefeitura trate a aprovação desse Plano Municipal de Educação como se fosse apenas uma manobra necessária para receber a verba do Programa de Ações Articuladas (PAR). O PME já deveria ter sido elaborado há pelo menos seis anos, mas foi negligenciado pelas últimas administrações. A pressa só surgiu neste ano, depois que o Ministério da Educação vinculou a liberação da verba do PAR à aprovação do Plano.

As metas aprovadas devem ser cumpridas! Independentemente de quem sejam os governantes à frente de Curitiba no decorrer dos próximos 10 anos, não mediremos forças para cobrar o cumprimento das medidas que possibilitam avançar na melhoria da educação e das nossas condições de trabalho!

Protestos marcaram abertura da Conferência

► O SISMMAC participou da mesa de abertura da Conferência Municipal de Educação. Além de defender que o investimento público seja destinado apenas para a educação pública, o magistério também usou o espaço para denunciar os ataques contra a classe trabalhadora previstos no Projeto de Lei 4330/2004, que libera a terceirização em todos os ramos e atividades.

Confira as principais propostas incluídas pelo magistério

- Cumprimento de 33,33% de hora-atividade e ampliação para 50% após quatro anos de vigência do Plano;
- Equiparar o salário dos profissionais da educação ao dos demais profissionais com ensino superior. Se essa meta for cumprida, o magistério deve ter mais de 40% de aumento;
- Investir, no mínimo, 35% do orçamento municipal para a educação pública;
- Redução do número de alunos por turma;
- Redimensionamento dos profissionais da educação da rede, com garantia de um pedagogo para cada cinco turmas.

BALANÇO DA GESTÃO FRUET

MOBILIZAÇÃO vem conseguindo impedir ATAQUES e RETROCESSOS

Confira o balanço de como a gestão Fruet vem tratando a educação e as reivindicações do magistério

Muita conversa e pouca ação. A enrolação marca a gestão do prefeito Gustavo Fruet (PDT/PT) desde o seu início. Entretanto, para além do atraso e do descumprimento de acordos, temos enfrentado também no último ano a ameaça de ataques aos nossos direitos e a piora das condições de trabalho.

No final de 2014, Fruet cortou 10% dos investimentos do município e suspendeu a realização de novos concursos. Essa política de ajuste fiscal que privilegia empresários e pune os trabalhadores tem prejudicado o funcionamento de várias unidades em 2015.

Nossa mobilização é a única forma de garantir que não haja retrocessos!

Com pressão, fizemos a administração recuar na tentativa de descumprir as regras de enquadramento que haviam sido acordadas com o magistério. Impedimos também a criação de um banco de horas e estamos conseguindo barrar a proposta de aumentar a alíquota paga pelos servidores para os institutos de Saúde e Previdência.

Nossa mobilização e pressão devem se intensificar ainda mais para impedir que a Prefeitura empurre para os trabalhadores o peso da dívida gerada por anos de incentivos e isenções fiscais concedidas aos grandes empresários!



Falta de valorização da educação

▶ A promessa feita durante a campanha eleitoral de destinar 30% dos recursos de Curitiba para a educação até agora não foi cumprida. Em 2014, o orçamento destinado à área diminuiu – de 27,71%, em 2013, para 25,59% – e foi o menor dos últimos 10 anos!

Agora, a Lei de Diretrizes Orçamentária que tramita na Câmara dos Vereadores prevê que a meta seja cumprida em 2016. Esse é o ano em que municípios devem atender a demanda de matrículas das crianças de 4 e 5 anos e ampliar a oferta de vagas em creche para as crianças de 0 a 3 anos. Isso significa que o aumento do investimento, se de fato ocorrer, será usado para ampliar a rede e não para melhorar a estrutura que existe hoje nas instituições de ensino de Curitiba!

Plano de Carreira

▶ O novo Plano de Carreira é uma conquista da luta da categoria. Foram duas greves, três seminários e inúmeras assembleias para que conseguíssemos arrancar da Prefeitura uma proposta que valoriza o tempo de serviço e incentiva a formação continuada.

Agora, a administração municipal usa essa conquista em campanhas publicitárias para iludir a população de que foi um presente do prefeito para os professores. Sabemos que isso não é verdade. Mesmo após a aprovação e sanção do Plano, ainda enfrentamos neste ano a ameaça de descumprimento dos acordos e atraso nos prazos garantidos em lei. Por isso, temos que manter pressão constante até que seja finalizada a migração para a nova Tabela de Vencimentos.

Descaso com as condições de trabalho na educação

▶ As condições de trabalho só pioraram. Várias turmas estão sendo fechadas e os alunos estão sendo redirecionados para outras salas, que ficam superlotadas. Nem as turmas de inclusão, que deveriam ter menos alunos, são respeitadas.

A junção de turmas também é resultado da falta de profissionais. Várias escolas estão com o quadro de funcionários incompleto. A direção do SISMMAC cobra a abertura imediata de concurso para contratação de inspetores, de professores de Docência I e de Docência II – Matemática. Mesmo com a pressão, até agora só promessas e nenhuma ação concreta para agilizar a abertura desses concursos!

Reajuste: três anos sem aumento real!

▶ Pelo segundo ano consecutivo, a Prefeitura atrasou o pagamento do reajuste salarial dos servidores. Em 2014, os salários só foram reajustados em maio, um mês após o previsto. Em 2015, a administração tentou repetir a enrolação, mas nossa pressão fez com que o pagamento saísse em folha suplementar, ainda que com 15 dias de atraso.

Em seu primeiro ano de gestão, Fruet alegou que havia herdado muitas dívidas da administração anterior e prometeu aumento real para o ano seguinte. Essa promessa foi descumprida ano após ano. Ao repor apenas a inflação e deixar os servidores sem aumento real pelo terceiro ano consecutivo, o prefeito diminuiu nosso poder de compra e impõe uma política de arrocho salarial. Na prática, nosso salário compra menos agora do que comprava há três anos já que o preço do transporte, do aluguel e dos impostos subiu muito mais que a inflação oficial.

Retaliação à greve do magistério

▶ Na sanção do projeto de lei do reajuste salarial, o prefeito Gustavo Fruet vetou os três artigos aprovados na Câmara Municipal que garantiriam a retirada das anotações de falta das greves do magistério, da educação infantil e da saúde. Com essa decisão, a Prefeitura repete a mesma falta de diálogo e autoritarismo que motivaram a greve de agosto; postura que se manteve mesmo depois de encerrada a greve com o assédio das chefias e a recusa em negociar a reposição dos dias parados. Essa atitude só prova que a solidariedade do prefeito aos servidores estaduais violentamente reprimidos no fim de abril não passou de mais uma manobra no jogo eleitoral!

Enrolação e descaso com a negociação

▶ Na edição anterior do Jornal Diário de Classe, apresentamos um balanço das negociações da Campanha de Lutas 2015. A maioria dos itens da Pauta de Reivindicações do Magistério não foi acordada. Alguns pontos ainda não foram sequer negociados! O SISMMAC cobrou uma reunião com a Secretaria de Recursos Humanos para que possamos dar andamento e finalizar as negociações deste ano!

O QUE VEM POR AÍ: Projeto de regulamentação das jornadas fere direitos dos servidores

Proposta que substitui projeto do banco de horas mantém ataques a direitos

No dia 06 de maio, a Prefeitura apresentou uma minuta de Projeto de Lei que regulamenta a jornada de trabalho dos servidores municipais, em substituição ao polêmico projeto que propunha a legalização do banco de horas e que foi retirado de tramitação da Câmara Municipal por pressão dos servidores.

A proposta traz alguns avanços, como a regulamentação das escalas para guardas municipais e profissionais da saúde, além de assegurar em lei o pagamento do adicional por tempo de serviço, que hoje consta apenas no estatuto do magistério. Entretanto, o texto ainda mantém armadilhas que podem abrir margem para a criação de um banco de horas e flexibilizar direitos já garantidos.

Na assembleia do dia 29 de maio, o magistério analisou e votou propostas de mudança no texto. Essas alterações serão apresentadas para a Prefeitura em reunião conjunta com os demais sindicatos que representam os servidores municipais.

Confira os pontos polêmicos do projeto:

- ▶ O projeto estabelece a possibilidade de modificar a jornada através de portaria, sem prever sequer a participação dos sindicatos. Essa mudança abre brechas para a imposição de trabalho extra e realização de banco de horas.
- ▶ Pela proposta, apenas alguns dias de trabalho nos fins de semana serão pagos sobre o valor do Descanso Semanal Remunerado (DSR), o que representa um grande retrocesso.
- ▶ Para o magistério, que acabou de travar uma briga sobre o significado de "trajetória de carreira", vem uma definição que amplia a noção de trajetória como todo o conjunto de mutações e não apenas os crescimentos possíveis de cada servidor.
- ▶ O projeto não fala nada sobre o pagamento de hora-noturna, o que pode gerar perdas para quem trabalha à noite. Não há nada também em relação àqueles servidores que hoje ficam de sobreaviso e que podem ser convocados para o trabalho a qualquer momento, como acontece com alguns setores da guarda e com o pessoal do controle de zoonoses.
- ▶ Para quem trabalha em regime de escala, a proposta de quatro escalas semanais e apenas um fim de semana por mês em casa é prejudicial.
- ▶ O tempo de descanso entre o fim de uma jornada e o início de outra (10 horas) é menor do que o assegurado pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que hoje é de 11 horas.
- ▶ Ainda não há previsão sobre quais legislações serão revogadas com essa lei. Esse é um cheque em branco que não podemos dar. Não adianta garantir agora alguns direitos e perder outros já estabelecidos.

Confira no site do SISMMAC a minuta desse projeto de lei na íntegra. Vamos barrar os retrocessos! **Nenhum direito a menos!**

INFORME-SE

13ª edição da Revista Chão da Escola recebe artigos até dia 23 de julho

Professoras e professores poderão inscrever artigos, relatos de experiência e análises críticas

A inscrição de artigos para a 13ª edição da Revista Chão da Escola já começou! As professoras e professores da rede têm até o dia 23 de julho de 2015 para inscrever artigos para publicação.

Os interessados podem enviar seus artigos para o email imprensa@sismmac.org.br, mas também deverão entregar uma cópia em CD, na sede do Sindicato (Rua Nunes Machado, 1577 - Rebouças). Os textos recebidos serão encaminhados ao Conselho Editorial, que analisará o conteúdo e poderá apresentar sugestões de alteração ou recomendar que o artigo não seja publicado. Confira as regras no box ao lado.

As professoras e professores da rede poderão inscrever artigos, relatos de experiência e análises críticas. Os artigos deverão relatar pesquisas desenvolvidas por meio da universidade ou de espaços de formação não-institucionais. Os relatos de experiência devem apresentar um projeto

ou experiência desenvolvida no chão da escola pelo profissional do magistério ou por um grupo de professores. As análises críticas podem tratar de temas relacionados à organização das trabalhadoras e trabalhadores da educação, o movimento sindical, política educacional e etc.

O Conselho Editorial da Revista Chão da Escola analisará três critérios básicos. A relevância do artigo para o debate político-pedagógico; a questão teórico-conceitual (se o texto dialoga com a realidade escolar e com a referência bibliográfica utilizada); e o desenvolvimento das ideias apresentadas no texto, considerando a introdução ao tema, desenvolvimento da temática e considerações finais.

A Revista Chão de Escola é uma publicação anual do SISMMAC, distribuída a todas as professoras e professores sindicalizados. O lançamento da 13ª edição ocorrerá em outubro.

Dalaine Santos



► O artigo deve ser inédito e ter, no máximo, seis mil palavras em fonte Times New Roman, tamanho 12, com espaçamento de 1,5 entre linhas e margens de 2,5 cm.

► Os textos devem ter:

1) Título;

2) Apresentação do autor: nome, escola em que trabalha, formação acadêmica e email para contato;

3) Resumo e palavras-chave: o texto do resumo deve conter de 80 a 100 palavras;

4) Introdução: apresentação do tema que será abordado e dos objetivos no texto;

5) Desenvolvimento: Descrição do assunto do trabalho, do método empregado e das referências bibliográficas utilizadas. Esta parte poderá ser dividida em seções e subseções;

6) Conclusão: Análise dos resultados da pesquisa ou do projeto desenvolvido e reflexão sobre suas contribuições;

7) Referências Bibliográficas: Textos e autores usados no texto, listados conforme a ABNT.

2015 é ano de Congresso do SISMMAC

Maior atividade de debate do magistério municipal acontece no segundo semestre do ano

Dalaine Santos



● X Congresso do SISMMAC aprovou desfiliação do Sindicato da CUT

No segundo semestre deste ano acontece o XI Congresso do SISMMAC. O Congresso é a maior atividade de discussão do magistério municipal e ocorre a cada três anos, desde a fundação do Sindicato.

É de fundamental importância que o conjunto de professoras e professores da rede participem da atividade porque é nesse espaço que serão tomadas as principais decisões que dizem respeito aos próximos passos do SISMMAC na luta.

Os locais de trabalho da rede municipal de ensino elegem delegados para participar do Con-

gresso do SISMMAC. Os aposentados e professores sem vínculo escolar também elegem representantes. O Congresso possui um regimento que precisa ser aprovado pelo conjunto da categoria em uma assembleia.

Há quase três anos, o magistério municipal de Curitiba realizou o maior Congresso da categoria. O X Congresso do SISMMAC travou uma importante discussão acerca do movimento sindical no Brasil e do papel da Central Única dos Trabalhadores (CUT) nas lutas da classe trabalhadora que culminou na desfiliação do Sindicato da CUT.

QUEM TE VIU, QUEM TE VÊ



Da sala de aula para as corridas de rua

A professora Rosinete conta sobre os projetos feitos em sala de aula e os realizados na aposentadoria

A professora Rosinete de Souza Lima Morais, aposentada há dois anos, realizou neste ano o antigo sonho de correr uma meia maratona. Rosinete sempre gostou muito de atividades físicas e esportes, mas, quando trabalhava o dia inteiro, faltava tempo para se dedicar aos treinamentos como gostaria. Agora, aposentada, consegue treinar mais frequen-

temente e, com isso, foi possível passar das corridas menores para a meia maratona, que tem em média 21 quilômetros.

Rosinete começou a dar aula em 1974, na rede estadual, e entrou no município em 1980. Durante os 39 anos que dedicou à educação, a professora promoveu diversos projetos para envolver e incentivar seus alunos.

Um dos projetos que fala com mais carinho é o que desenvolveu sobre profissões e carreiras. Anos após a atividade, encontrou uma ex-aluna formada em enfermagem. Ela contou para Rosinete que o interesse na área foi despertado, principalmente, durante o projeto feito pela professora.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é outra atividade que a aposentada lembra com entusiasmo. Pela Prefeitura, ela ensi-

nava alunos que não tinham conseguido estudar em um espaço no Mercado Municipal. “Era incrível ver como aqueles jovens e adultos se realizavam na sala de aula”, relembra Rosinete. A lembrança do projeto que participou em conjunto com a Polícia Militar, em que ensinava jovens em situação de risco, também a deixa satisfeita. “Alguns precisavam de apenas um pequeno incentivo para aprender”.

Com tantas atividades nas escolas, quando decidiu se aposentar em 2013, a professora sabia que não conseguiria ficar parada em casa sem fazer nada. “Decidi que precisava ocupar meu tempo com coisas boas para mim, como a atividade física e as aulas de piano”, conta. A meta tem sido cumprida e ela já se prepara para o seu próximo desafio: correr uma maratona inteira.

● O *Diário de Classe* possui a seção “**Quem te viu, quem te vê**”, que conta a cada mês, a trajetória e história de vida de uma professora aposentada. A seção é um espaço para que essas trabalhadoras compartilhem suas experiências com o conjunto do magistério.



Arquivo pessoal

● Professora Rosinete comemora a conclusão da sua primeira meia maratona

● Se você é professor aposentado da rede municipal de Curitiba e ainda não participa do Coletivo de Aposentados do Sindicato, organize-se para acompanhar as reuniões que acontecem na última quinta-feira do mês, às 14h, na sede do SISMMAC! Esse é um espaço importante, que ajuda a manter a categoria unida e mobilizada mesmo após a sala de aula.

PLANO DE CARREIRA

Reunião de negociação com o IPMC não define prazos para o pagamento do Plano de Carreira às aposentadas

Instituto esclareceu como será feita a base de cálculo para o enquadramento

Após pressão e cobrança da direção do SISMMAC, a reunião com o Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Curitiba (IPMC) e a Secretaria Municipal de Recursos Humanos (SMRH) foi realizada no dia 3 de junho. Nesse encontro foram esclarecidos alguns pontos referentes ao pedido de revisão de proventos e pagamento das distorções, mas não foram definidos os prazos.

Essa reunião deveria ter sido marcada logo após a última negociação, no dia 23 de abril, para que o calendário com os prazos para as professoras e professores aposentados fosse definido. Porém, mesmo com mais de um mês de enrolação, essa definição não foi possível por conta da ausência do responsável da SMRH pelo Plano de Carreira.

BASE DE CÁLCULO PARA O ENQUADRAMENTO E PAGAMENTO DAS DISTORÇÕES

Mesmo assim, algumas questões sobre o Plano de Carreira foram esclarecidas. O IPMC explicou que a base do cálculo do enquadramento vai ser feito considerando o vencimento básico de cada aposentado, ou seja, será considerado o valor do último salário que o professor teve antes de sair da ativa.

A administração municipal também afirmou que o pagamento das distorções será feito antes da análise dos pedidos de revisão dos proventos, pois as solicitações não interferem no valor das distorções. O IPMC se comprometeu a definir a data para esses pagamentos assim que a SMRH repasse as informações dos aposentados ao Instituto.

PRÓXIMA REUNIÃO

Sobres os prazos mais gerais, a Secretaria de Recursos Humanos ficou com o compromisso de redigir um decreto com o calendário. Além disso, ficou acordado de ter uma nova reunião com a garantia que os representantes do IPMC e SMRH responsáveis pela discussão do Plano de Carreira estejam presentes. A reunião será realizada no dia 11 de junho.

Por fim, a SMRH informou que o início da análise das solicitações de revisão dos proventos do magistério deve se dar somente a partir de novembro deste ano.

A PRESSÃO DEVE CONTINUAR!

O descaso da Prefeitura com as professoras e professores aposentados é inadmissível. A adminis-

tração municipal demorou mais de um mês para marcar a reunião e, quando finalmente foi marcada, não conseguiram nos dar respostas concretas pela ausência de representantes do SMRH. Vamos continuar pressionando para que o calendário do Plano de Carreira saia logo e que os direitos dos aposentados sejam garantidos!

Na próxima reunião do Coletivo de Aposentadas do SISMMAC, no dia 25 de junho, vamos debater os próximos passos da mobilização para garantir a definição destas datas, já com as informações da reunião de negociação do dia 11.

PARTICIPE E FAÇA PARTE DESSA LUTA PELOS NOSSOS DIREITOS!



SISMMAC

● Representantes das professoras aposentadas na reunião de negociação com o IPMC



GIRO PELA EDUCAÇÃO

Educação em greve pelo Brasil

Trabalhadores da educação de nove estados brasileiros estão em mobilização

As redes estaduais de educação de nove estados brasileiros estão em greve, de acordo com a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). Os trabalhadores dos estados do Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Pará, Goiás, Sergipe, Pernambuco, Mato Grosso do Sul e Tocantins paralisaram suas atividades, principalmente, devido ao não cumprimento da Lei do Piso.

As redes estaduais do Paraná, São Paulo, Santa Catarina e Pará já completam mais de 60 dias sem aulas no ano. Já as professoras e professores de Tocantins e Pernambuco começaram as greves nas últimas semanas.

No Paraná, o governador Beto Richa se mantém intransigente em relação as reivindicações dos trabalhadores da educação. No início de junho, Richa reafirmou a proposta de parcelamento em 3 vezes dos 3,45% para este ano e a inflação de 2015 só para janeiro de 2016. Os servidores mantêm a greve pela revogação da lei que modifica a previdência, pelo reajuste de 13,1% retroativo a data-base, realização de concurso público e melhores condições de trabalho.

Em São Paulo, os professores enfrentam a maior greve da categoria da história, com mais de 80 dias. O governo ainda não apresentou uma proposta para as



Trabalhadores do serviço público estadual do Paraná se mobilizam e ocupam as ruas do estado

principais pautas dos trabalhadores, como o reajuste salarial, e começou a descontar salário dos grevistas pelos dias parados. As professoras e professores enfrentam inúmeros problemas, como a falta de profissionais, de estrutura e, até mesmo, de água nas escolas. A categoria reivindica reajuste de 75,33%, buscando

a equiparação salarial com os outros servidores do estado de nível superior, e limite máximo de 25 alunos por sala. Os direitos dos temporários também fazem parte da pauta dos professores, como o acesso desse segmento ao plano de saúde no Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual (Iamspe).



Confira as redes estaduais em greve

- Paraná ► retomada desde 27 de abril
- São Paulo ► desde 13 de março
- Pará ► em greve desde 25 de março
- Santa Catarina ► desde 24 de março
- Goiás ► desde 13 de maio
- Sergipe ► desde o dia 18 de maio
- Tocantins ► desde 5 de junho
- Mato Grosso do Sul ► desde 27 de maio
- Pernambuco ► desde 29 de maio

Lei do Piso

De acordo com a direção da CNTE, o principal motivo que tem levado o conjunto dos trabalhadores da educação a paralisarem suas atividades é o descumprimento da Lei do Piso. Este ano, a Lei estabelece o reajuste de 13,01%, garantindo um salário inicial R\$ 1.917,78.

Greves municipais

De acordo com levantamento da CNTE, estão em greve também as redes municipais de Maceió/AL, Macapá/AP, Lauro de Freitas/BA, Campo de Goytacazes/RJ, Betim/MG, Guarapari/ES, Matinhos/PR, Matupá/MT, Denise/MT, Santa Terezinha/MT, Canabrava do Norte/MT, Jaciara/MT, Santo Antônio de Leverger/MT, Dourados/MS, Campo Grande/MS e Aparecida de Goiânia/GO.

ATENDENTES INFANTIS

Atendentes infantis e educadoras de municípios vizinhos lutam por valorização profissional

Trabalhadoras da educação de Araucária e São José dos Pinhais reivindicam mesmos direitos concedidos ao magistério

As atendentes de creche e educadoras infantis do município de São José dos Pinhais estão em luta pela equiparação de seus cargos com o magistério e as atendentes infantis de Araucária reivindicam que a Prefeitura do município as reconheça como professoras da educação infantil.

Nos dois casos, as trabalhadoras da educação reivindicam valo-

rização profissional por uma atividade que já desempenham e que não são reconhecidas pelas administrações municipais.

Com essas alterações nos cargos, as atendentes e educadoras garantem direitos já conquistados pelos profissionais do quadro do magistério como, por exemplo, os 33,33% de hora-atividade e a aposentadoria especial.

MOBILIZAÇÕES

No início de maio, os servidores municipais de São José dos Pinhais realizaram uma greve de quatro dias e, agora, fiscalizam o cumprimento dos acordos firmados com a administração.

Em Araucária, os trabalhadores do serviço público também estão mobilizados contra o autoritarismo da Prefeitura.

Trabalhadoras da educação de Araucária reivindicam que Prefeitura as reconheça como professoras da educação infantil



Atendentes de creche de São José dos Pinhais lutam por equiparação com magistério

ALÉM DOS MUROS DA ESCOLA

Paralisações e atos mobilizam todos os estados do país no dia 29 maio

Manifestações contra avanço da terceirização e retirada de direitos avançam na construção de uma necessária greve geral

Thaíse Mendonça



● Além de atrasar a entrada e panfletar para a comunidade, magistério participou da manifestação no Centro Cívico

De norte a sul do país, o dia 29 de maio amanheceu com avenidas bloqueadas, locais de trabalho paralisados e grandes manifestações de rua. O Dia Nacional de Paralisação e Manifestações foi marcado por muita luta em todos os estados, contra as medidas de ajuste fiscal que beneficiam os grandes empresários e retiram direitos dos trabalhadores.

Em Curitiba, a passeata partiu da Praça 19 de Dezembro e seguiu até o Palácio Iguçu, em memória a um mês da violenta repressão que os educadores e demais servidores estaduais sofreram a mando do governador Beto Richa, no dia 29 de abril. Mais de 10 mil pessoas participaram da caminhada, que reuniu diversas categorias do funcionalismo estadual em greve desde abril, trabalhadores dos Correios que paralisaram por 24h, professores, servidores e estudantes das universidades federais e bancários.

Além de protestar contra as medidas que retiram direitos, as manifestações desse dia 29 de maio também serviram como preparação para organização de uma necessária greve geral. Para forçar o empresariado, o Con-

gresso e os governos a recuarem, é preciso unir todas as trabalhadoras e trabalhadores em um grande movimento nacional, que paralise os locais de trabalho e mostre a força da nossa união!

ATAQUES

O Senado aprovou na última semana de maio o texto final das **medidas provisórias 664 e 665**, que limitam o acesso a direitos como o seguro desemprego, abono salarial, auxílio-doença e pensões por morte. As mudanças, impostas em um momento em que cresce o número de demissões, fragilizam a luta de toda a classe trabalhadora!

Os protestos também exigiram o arquivamento do **Projeto de Lei 4330/2004, que libera a terceirização em todos os ramos e atividades**. Esse projeto, proposto por pressão do empresariado, visa rebaixar salários e piorar as condições de trabalho para aumentar ainda mais os lucros dos patrões. Aprovado na Câmara em abril, o texto aguarda votação no Senado.

NENHUM DIREITO A MENOS, AVANÇAR RUMO A NOVAS CONQUISTAS!

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

Greve de servidores conquista reajuste salarial e retorno da licença prêmio



Sinesp

● Mobilização continua com paralisação nos dias de votação na Câmara Municipal

Com uma greve forte, que se estendeu entre os dias 12 e 15 de maio, os servidores municipais de São José dos Pinhais conquistaram a reposição da inflação e o envio de projetos sobre a licença prêmio e a ampliação da hora-atividade para votação na Câmara Municipal.

A greve conseguiu arrancar do prefeito Luiz Carlos Setim (DEM) o pagamento da reposição da inflação em uma única parcela, com retroativo ao mês de maio. A proposta da administração era fazer o pagamento parcelado, com 4,17% em junho e 4,17% em novembro.

O retorno da licença prêmio, direito suspenso há 11 anos, é uma conquista histórica da categoria. A mobilização continua mesmo com a suspensão da greve para garantir o cumprimento dos acordos. Além de pressionar o prefeito, os servidores também decidiram paralisar nos dias de votação dos projetos na Câmara dos Vereadores.

ARAUCÁRIA

Paralisação organizada a partir da base mobiliza mais de mil servidores

O dia 29 de maio também foi marcado pela mobilização dos servidores municipais em Araucária. Os trabalhadores representados pelo Sindicato dos Funcionários e Servidores Públicos do Araucária (Sifar) paralisaram as atividades e realizaram uma grande passeata até a sede da Prefeitura, que reuniu mais de mil pessoas.

A paralisação foi aprovada por pressão dos trabalhadores de base em assembleia, derrotando o comodismo da maioria da direção do sindicato. Após a passeata, foi realizada uma assembleia dos servidores do quadro geral junto com os do magistério. Nessa assembleia, os trabalhadores decidiram manter o estado de greve e intensificar ainda mais a mobilização para exigir que o prefeito Olizandro Ferreira (PMDB) apresente uma proposta de reajuste salarial, contrate mais servidores e melhore as condições de trabalho.

Uma nova assembleia conjunta será realizada no dia 16 de junho, para analisar as negociações com o prefeito, que deve apresentar uma proposta de reajuste no dia 11.



Grito da Base

● Junto com a oposição Grito da Base, servidores paralisaram o trabalho no dia 29 de maio



CULTURA

Participe das oficinas de capoeira promovidas pela ACAD

Neste ano, a atividade vai ser intercalada entre a Sede do Sindicato e escolas da rede

As oficinas oferecidas pela Associação de Capoeira Angola Dobrada (ACAD) às professoras e professores da rede já começaram na sede do Sindicato. Durante este ano, serão realizados encontros na sede do Sindicato e em escolas da rede, visando a participação dos estudantes.

O novo formato tem o objetivo de mostrar aos professores como trabalhar as práticas da capoeira com as crianças nas escolas e que elas também tenham a oportunidade de conhecer essa atividade, que faz parte da cultura popular negra. Práticas corporais e ritmos de capoeira, além da utilização de instrumentos como o pandeiro,

reco reco, atabaque e berimbau são alguns dos conteúdos tratados nas oficinas.

A parceria entre o SISMMAC e a ACAD existe desde meados de 2013 e busca contribuir no processo de formação das professoras e professores, além de permitir o acesso a essa expressão da cultura popular negra, que é invisibilizada pela mídia e a sociedade.

A atividade na sede do Sindicato (Rua Nunes Machado, 1577 - Rebouças) acontece das 9h às 11h e das 14h às 16h e é aberta a todo magistério. As professoras e professores participantes recebem declaração de comparecimento e um certificado de participação no encerramento das oficinas.



● Professores em roda durante oficina de capoeira no SISMMAC

Calendário

10/06 – CEI PE. FRANCISCO MESZNER

24/06 – SISMMAC

29/07 – SISMMAC

12/08 – ESCOLA DA REDE

26/08 – SISMMAC

16/09 – ESCOLA DA REDE

30/09 – SISMMAC

14/10 – ESCOLA DA REDE

28/10 – SISMMAC

04/11 – ESCOLA DA REDE

25/11 – ESCOLA DA REDE

Acervo da Escolinha de Arte do CEP fica em exposição até agosto

Até o dia 14 de agosto, a Sala do Artista Popular expõe a mostra *Arte Popular e Educação - o Acervo da Escolinha de Arte do Colégio Estadual do Paraná*. A exposição conta com peças produzidas pelos alunos do colégio desde o início da Escolinha.

Fundada em 1957, a instituição iniciou suas aulas com as modalidades de argila, modelagem, pintura em cerâmica e desenho. Posteriormente, outras técnicas foram incorporadas ao ensino. Atualmente, a Escolinha continua ativa e busca incentivar o aprendizado da arte e a elaboração de propostas artísticas com temáticas de arte popular.

Durantes os mais de 50 anos de atividades, grandes artistas paranaenses passaram pela instituição, entre eles Jarbas Schünemann (desenho), Luis Lopes (escultura e pintura), Maikel da Maia (gravura) e Thiago Provin (escultura).

A Sala do Artista Popular (Rua Saldanha Marinho, s/nº, anexo à Secretaria de Estado da Cultura - Bigorrião) fica aberta de segunda a sexta-feira das 10h às 18h. A entrada é franca.



● Peças do acervo feitas pelos alunos da Escolinha de Arte do CEP

TUC tem apresentações de viola aos domingos



O Teatro Universitário de Curitiba (TUC) apresenta a *Canja da Viola* todos os domingos à tarde. O projeto conta com a apresentação de 25 cantores ou duplas sertanejas. A iniciativa existe há mais de 28 anos na cidade e busca incentivar a cultura e a música popular.

Os músicos de Curitiba e Região Metropolitana se apresentam das 14 às 18 horas no Teatro Universitário de Curitiba (Travessa Nestor de Castro, s/nº, Gal. Júlio Moreira - Centro). A *Canja da Viola* tem entrada de R\$2,00 a inteira e R\$1,00 a meia.